

Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina

Ednaldo Aparecido Ribeiro (Universidade Estadual de Maringá)

Renata Andrade de Oliveira (Universidade Estadual de Maringá)

Resumo: *Dados coletados por diversas organizações nacionais e internacionais apontam a existência de grandes disparidades na representação política entre os gêneros. Essas evidências revelam um quadro de sub-representação feminina que impacta negativamente a qualidade da democracia brasileira. Tendo em vista este problema, o presente trabalho apresenta resultados de pesquisa que por meio da análise das ondas de surveys do WVS (World Values Survey) nos anos de 1990, 1997 e 2006 no Brasil buscou verificar se as mudanças na cultura política brasileira estimulam comportamentos mais igualitários em relação ao gênero. Nosso objetivo fundamental foi de investigar se essas transformações, conjuntamente com as demais mudanças sociais, políticas e econômicas, possibilitam a modificação da visão da mulher para além de um sujeito passivo politicamente. Ou seja, se os valores de uma cultura política democrática seriam determinantes para evolução das percepções e atitude dos cidadãos sobre o envolvimento das mulheres na política, e conseqüentemente, reverteria esse cenário de sub-representação.*

Palavras-chave: *Cultura política; democracia; gênero.*

Abstract: *Data collected by various national and international organizations indicate that there are large disparities in political representation between genders. This evidence reveals a cadre of female underrepresentation that negatively impacts the quality of our young democracy. Considering this problem, this project by analyzing of the surveys of WVS (World Values Survey) in the years of 1990, 1997 and 2006 in Brazil intends to verify if the changes in Brazilian political culture encourage more equitable behavior in relation to gender. Search, mainly, investigate whether these changes, together with other social, political and economic changes, are enable to modify the vision of the woman beyond a passive subject politically. That is, if the democratic political culture values would be decisive for changing the perceptions and the attitudes of Brazilian citizens about the involvement of women in politics, and therefore reverses this scenario underrepresentation.*

Key- Words: *political culture; democracy; gender.*

Introdução

Nas recentes discussões sobre os fatores que condicionam a qualidade dos regimes democráticos contemporâneos alguns autores têm chamado a atenção para o tema da sub-representação política das mulheres (Norris, 2011). Diferentes fontes de dados, como o Inter-Parliamentary Union (IPU), o Fórum Econômico Mundial (FEM) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), têm demonstrado persistentes disparidades na distribuição do poder político entre homens e mulheres. Ainda que mudanças importantes tenham ocorrido nesse quadro de desigualdade nas últimas décadas, estamos distantes de uma situação de igualdade ou de favorecimento do empoderamento feminino.

Focalizando especificamente o caso brasileiro, informações do IPU indicam que as mulheres ocupavam no final de 2012 apenas 8,6% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 16% no Senado. Esses percentuais colocam o país no 123º lugar considerando um total de 190 países de diferentes regiões do globo. A sistematização dos dados do FEM de 2012 para 135 países revela que o Brasil ocupa o 62º lugar no ranking geral de avanços na promoção da igualdade de gênero¹, mas quando consideramos apenas o item relativo ao “empoderamento” político feminino caímos para o 72º lugar (Hausmann, Tyson & Zahidi, 2012).² Por fim, os dados da CEPAL para 15 países da região mostram que, no Brasil, existem 21,8%

¹ Esse índice é composto por quatro subíndices: 1) Participação e Oportunidades Econômicas; 2) Educação; 3) Saúde e Sobrevivência; 4) “Empoderamento Político”.
Maiores informações em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf

² Esse item é avaliado de acordo com os seguintes indicadores: razão mulheres/homens em relação ao total de anos ocupando cargos de presidente/a ou primeira/o ministra/o nos últimos 50 anos; razão mulheres /homens nos cargos ministeriais e razão mulheres/homens ocupando cadeiras no parlamento.

de mulheres nos cargos de primeiro escalão da presidência no atual mandato de Dilma Rousseff. Apesar de reduzido, esse percentual representa evolução nesse indicador na comparação com os dois governos anteriores de Lula da Silva, nos quais encontramos apenas 10,7 e 14,8 pontos, respectivamente.

Esse quadro geral tem alimentado o debate sobre as potencialidades e os limites de medidas institucionais, como a política de cotas instituída em nosso país em 1996, para promover a inclusão feminina nas instancias de decisão. Araújo (2001), por exemplo, demonstra que após essa medida houve aumento considerável no número de candidatas, mas o mesmo não ocorreu em termos de ocupação feminina dos cargos eletivos, ou seja, parece existir um hiato entre essa medida institucional e o processo de escolha do eleitorado nacional.

Se há polêmicas em torno do mecanismo das cotas, por outro lado, parece razoável supor que as desigualdades encontradas na representação política dos gêneros constituem sérios entraves para a vitalidade das democracias contemporâneas, limitando e condicionando, também, o avanço da promoção da igualdade de gênero em outras áreas da vida social. Por isso mesmo, o tema da sub-representação política de determinados grupos que historicamente sofreram opressões e ocuparam posições desvantajosas na sociedade, dentre os quais as mulheres, estruturou, mais recentemente, um campo pujante de pesquisas no interior das ciências sociais. Particularmente porque o fenômeno obriga, muitas vezes, a construção de abordagens que levem em conta as relações constitutivas entre a política e a cultura, o que desafia o diálogo entre técnicas de pesquisa, conceitos e teorias oriundas de diferentes campos disciplinares.

Com a intenção de contribuir para a compreensão desse complexo fenômeno, apresentamos nesse artigo os resultados de investigação que

buscou identificar uma possível relação entre mudanças na cultura política nacional e as disposições dos cidadãos brasileiros em relação a maior inserção da mulher na política, algo que denominamos ao longo do texto de “empoderamento político feminino”. Nosso ponto de partida para a formulação desse problema são as afirmações de autores vinculados aos estudos sobre mudança cultural (Inglehart, 1990, Inglehart & Welzel, 2005, Inglehart & Norris, 2003), que associam disposições mais favoráveis à igualdade entre gêneros a mudanças mais gerais nas prioridades valorativas individuais.

A partir do trabalho pioneiro de Ronald Inglehart, *The Silent Revolution* (1977), pesquisadores têm afirmado ao longo das quatro últimas décadas a ocorrência de uma mudança consistente nos padrões valorativos em escala global, caracterizada principalmente pela diminuição da ênfase atribuída à segurança física e material e pela disseminação de valores relacionadas à auto-expressão, preservação ambiental e outras demandas chamadas de não-materialistas ou pós-materialistas. Como consequência política relevante dessa reorientação subjetiva estaria ocorrendo a disseminação de uma cultura política mais democrática e voltada para a auto-expressão dos indivíduos nos cenários políticos nacionais e internacionais (Inglehart & Welzel, 2005). O respeito à diversidade de posturas e projetos políticos, bem como a defesa da maior representação de minorias até então alijadas dos processos políticos, são componentes importantes dessa nova cultura política congruente com processos de democratização. Desta forma, mudanças apontadas por Inglehart e Norris (2003) a respeito do empoderamento feminino seriam resultado dessas mudanças mais gerais na cultura política em termos globais.

Baseadas nessas afirmações procuramos então investigar quais os possíveis relacionamentos entre mudanças nos valores políticos dos brasileiros e suas disposições em relação ao tema da mulher na política. Mais especificamente, focalizamos o democratismo manifesto pelo público nacional como traço representativo da cultura política e buscamos analisar como essa adesão normativa ao sistema democrático se relaciona com disposições relativas ao empoderamento político feminino. Trata-se, portanto de identificar se mudanças em direção a uma cultura política democrática entre esse público tem sido acompanhadas de maior apoio à igualdade política entre os gêneros no contexto nacional.

Para viabilizar essa análise nos valemos dos dados produzidos pelo projeto World Values Survey em suas ondas de 1990, 1996 e 2006³. Com esses dados foi possível identificar a evolução dos indicadores de adesão democrática e também as disposições do público nacional em relação a temas relacionados à inserção da mulher na política.

Cultura política e desigualdade de gênero

Antes de passarmos a apresentação dos resultados encontrados, consideramos relevante empreender uma breve discussão sobre a dimensão subjetiva dessa forma de desigualdade política persistente na democracia atual. A multicausalidade da sub-representação feminina no campo político pode ser vista quase como ponto consensual para a maioria

³ O WVS é um projeto que investiga as mudanças socioculturais e políticas em escala global, sendo conduzido por uma rede de cientistas sociais a partir de *surveys* aplicados a amostras nacionais representativas de mais de 80 nações espalhadas por todos os continentes do planeta. No Brasil foram entrevistadas 1782 pessoas em 1990, 1149 em 1996 e 1500 em 2006. Maiores informações podem ser obtidas em www.worlvaluessurvey.org.

dos analistas envolvidos com o tema. Processos de socialização bastante longos e fortes constrangimentos culturais se combinam com constrangimentos político-institucionais e também sociais na configuração de obstáculos significativos para a presença das mulheres em distintas esferas do poder político. Tais dimensões participariam de uma dinâmica de retroalimentação, ainda que no plano empírico seja viável a sua separação em termos analíticos, já que investigações focalizando todas elas são raras.

Essa separação analítica tem gerado predominantemente estudos sobre os obstáculos ou incentivos institucionais. A pesquisa conduzida por Araújo (2009) pode ser apontada como representante desse grupo, pois procurou investigar a sub-representação feminina no legislativo brasileiro a partir da interrogação, sobretudo, de suas causas político-institucionais. Discutindo a literatura comparada internacional sobre o tema a autora destaca a afirmação de que o sistema eleitoral pode dificultar ou facilitar o acesso das mulheres nos parlamentos quanto a três aspectos: i) ao tipo de representação, que tende ser mais favorável às mulheres quando proporcional; ii) à magnitude dos distritos, sendo que os médios ou grandes oferecem mais chances para a eleição de mulheres; iii) e, finalmente, ao sistema de voto que, quando fundamentado em listas fechadas também favorece as candidaturas femininas. Seu objetivo fundamental passa a ser, então, testar a pertinência dessas afirmações para o contexto brasileiro.

Os dados apresentados pela autora revelam particularidades importantes em nosso país: Estados pequenos, com distritos eleitorais de magnitude menor do que outros em termos de vagas de representação e de população, como o Amapá (4), Espírito Santo (4), Mato Grosso (2), Rio Grande do Norte (2), Amazonas (2) e Roraima (2), elegeram mais mulheres em 2006. Além disso, os resultados mais positivos para as

mulheres se deram nas unidades estaduais que apresentam menores índices de desenvolvimento socioeconômicos, o que também contraria a tendência apontada pela bibliográfica de estabelecer uma correlação positiva entre cultura política mais igualitária de gênero e modernização socioeconômica. Ao sustentar que a explicação desses dados não pode prescindir da inclusão de outras variáveis ainda localizadas na organização do sistema eleitoral brasileiro, a autora concluiu que eles se devem principalmente à incidência: a) do tamanho e peso dos partidos nos estados, já que as candidaturas femininas foram melhores sucedidas quando pertencentes aqueles de porte grande, e b) da densidade da disputa, entendendo-se por essa a relação existente entre o número de candidaturas e o número de vagas em disputa. Sobre esse último aspecto, sua conclusão é a de que no caso brasileiro há uma saturação da oferta que reduz ainda mais as chances de mulheres entrarem na disputa e obterem sucesso nela.

Outros estudos tendem a corroborar essa afirmação, como o de Miguel e Queiroz (2006). Esses autores, considerando as disputas eleitorais municipais ocorridas em 1996, 2000 e 2004, identificaram que o desempenho das candidaturas femininas foi melhor nas regiões com indicadores socioeconômicos mais baixos: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os autores alertam ainda que esta não é uma tendência nova, já que dados de eleições anteriores apontam para a mesma direção. Ao apresentarem restrições às explicações correntes para esses dados, como a associação das candidatas dessas regiões com partidos de direita, o nível de escolaridade que as beneficiariam e o maior peso de mulheres no eleitorado, os autores afirmam ser necessário incluir novas variáveis que ajudem a compreender o fenômeno. Entre elas, os autores citam o capital político das mulheres eleitas e sua relação com os padrões de associativismo vigente em cada localidade e com a estrutura dos partidos.

Tais sugestões, embora incluam o fator associativismo, estão em concordância com as indicações de Araújo quanto a considerar o peso da estrutura partidária e do próprio capital político das candidaturas num contexto em que a densidade da disputa é alta.

Não se trata aqui de criticar os recortes analíticos desses e outros estudos que se concentram ou enfatizam aspectos institucionais, uma vez que oferecem uma valiosa contribuição para a compreensão de fatores que agem no fenômeno da reduzida presença das mulheres no sistema político brasileiro. Todavia, pretendemos defender que permanece imprescindível seu diálogo com as bases culturais do fenômeno.

Atentos a essa necessidade um grupo de pesquisas tem se debruçado sobre o que podemos denominar de dimensão subjetiva do problema. Vários dos artigos que compõem o *Dossiê – Mulheres na Política, Mulheres no Poder*, publicados pela *Revista Estudos Feministas*, podem ser inseridos nesse grupo, já que nos alertam para a presença de valores culturais que impõe obstáculos no interior dos partidos à participação das mulheres na política institucional, frustrando os resultados esperados da legislação das cotas. Essas pesquisas mostram que as candidaturas femininas enfrentam a falta de apoio financeiro e de recursos materiais a suas campanhas no interior dos partidos, mesmo em situações que demonstram reunir maiores possibilidades de obter sucesso na competição eleitoral diante de candidaturas masculinas. Assim, muitas vezes, a discriminação de gênero se sobrepõe à racionalidade que visa ao sucesso eleitoral, indicando que a reprodução de determinadas concepções culturais estruturam, no interior dos partidos, condições desiguais de competição política entre homens e mulheres (Grossi & Miguel, 2001).

Além disso, muitas mulheres inseridas na política institucional percebem que sua legitimidade nesse espaço está condicionada à

capacidade de corresponder a um ideal ainda baseado nos atributos tradicionalmente associados ao gênero feminino, como a maternidade e a beleza. Se elas não se enquadram nesses ideais, reduzem as chances de obter audiência receptiva das eleitoras e dos eleitores, tanto quanto de seus pares no sistema institucional. É importante também mencionar que as mulheres têm mais chances de obter sucesso na competição eleitoral quando disputam cargos legislativos do que quando disputam cargos executivos. Elas enfrentam barreiras culturais para ser aceitas em cargos vistos com maior poder de decisão e comando (Jurema, 2001).

Para uma grande parte das teóricas feministas, as causas dessas barreiras remontam às concepções que forneceram as próprias bases para a construção das instituições políticas modernas. De acordo com a análise de Pateman (1993), por exemplo, o modelo metafórico intelectual que esteve subjacente à organização política das sociedades ocidentais – o modelo do contrato social - fundou-se numa concepção de mundo rigidamente separada entre esfera pública e privada que foi acompanhada e justificada pela atribuição de competências e responsabilidades exclusivas a cada gênero. Nesse modelo, o gênero feminino apareceu, em muitas formulações modernas, identificado explicitamente como aquele que teria a vocação para cuidar da reprodução do mundo privado, enquanto que o masculino, do mundo público. Em outras formulações contemporâneas, longe de desconstruir essa concepção, o silêncio quanto à existência de gêneros contribuiu para a desqualificação política das demandas específicas das mulheres, reforçando a ideia de que seus “assuntos”, próprios da vida privada, não teriam *status* de preocupações públicas.

Como analisa Phillips (1991), encarnadas no arcabouço jurídico e institucional dos Estados modernos, aquelas concepções são por ele

ancoradas e perpetuadas. Por isso mesmo, nessa perspectiva, os dados que comprovam a reduzida presença feminina na política não seriam evidências de que as mulheres sejam menos participativas e possuam menor grau de motivação para se inserir em atividades políticas. Tais evidências, ao contrário, seriam sintomas dos processos históricos e culturais que, cristalizados em instituições, dificultam até os dias correntes sua participação em partidos políticos e suas possibilidades de êxitos na competição eleitoral.

Defendendo de forma veemente a importância de fatores culturais na explicação da sub-representação feminina nas democracias contemporâneas, um influente grupo de pesquisadores das ciências sociais tem afirmado, entretanto, que este quadro estaria sofrendo importantes mudanças nas últimas décadas. Tal grupo, dedicado aos chamados “estudos de mudança cultural em perspectiva comparada”, tem apresentado evidências empíricas de uma alteração nas disposições dos públicos das chamadas sociedades pós-industriais em relação à igualdade de gênero, com efeitos positivos sobre as instituições (Inglehart & Welzel, 2005; Inglehart & Norris, 2003).

Essa reorientação subjetiva estaria associada a uma mudança valorativa maior de caráter humanista e conectada à crescente ênfase na auto-expressão e na tolerância à diversidade (Inglehart, 1977; 2001; Ribeiro, 2007). A emergente defesa da igualdade de gênero nessas sociedades economicamente desenvolvidas estaria associada à crença de que a democracia é uma forma de governo baseada em um contrato entre iguais que se relacionam horizontalmente, logo, incompatível com discriminações sexuais ou raciais (McDonagh, 2002; Welzel, 2003).

O reflexo dessa mudança é a presença constante e relevante da questão do “empoderamento” das mulheres na agenda política de

algumas dessas nações (Inglehart, Norris & Welzel, 2002). Esses efeitos, inclusive parecem já ultrapassar os limites dessas sociedades economicamente privilegiadas. Dados da IPU indicam que em países tão distintos como Suécia, Argentina, África do Sul, Uruguai, Estados Unidos e Marrocos já é possível verificar um processo de ampliação da representação feminina. Essa informação não contradiz o quadro anteriormente desenhado por nós, pois a desigualdade de representação entre homens e mulheres continua sendo alarmante. Não obstante, os dados indicam uma tendência de redução das disparidades com diferentes intensidades em diferentes países.

As pesquisas mencionadas como representantes desse segundo grupo, apesar das explícitas diferenças teóricas e metodológicas, se aproximam ao defenderem a relevância de dimensões subjetivas e culturais na explicação do fenômeno da sub-representação feminina nos espaços políticos das modernas democracias.

A investigação cujos resultados apresentamos a seguir compartilha da preocupação com essa ordem de fatores, filiando-se assim ao que podemos chamar de abordagem culturalista. Mais diretamente, dialogamos com os estudos sobre mudança cultural mencionados anteriormente, pois procuramos testar no cenário brasileiro a hipótese da relação positiva entre a emergência de uma cultura política pró-democracia e a manifestação de atitudes e orientações favoráveis ao empoderamento feminino.

Cultura política e democratismo no Brasil

Iniciamos a exposição dos resultados com a descrição de quadro geral de mudanças na cultura política nacional para, na sequência,

focalizarmos especificamente a dimensão do democratismo⁴. Com o objetivo de caracterizar o padrão de relações entre os cidadãos nacionais e o sistema político em sua dimensão geral, optamos por iniciar a análise por algumas medidas úteis para a identificação do grau de proximidade ou distanciamento dos indivíduos em relação à dimensão política da vida social.

O nível de interesse dos indivíduos por política tem sido empregado com relativa frequência nos estudos culturalistas como indicador de civismo (Almond & Verba, 1989; Inglehart, 2001). No Brasil, Moisés (1995) verificou tendência positiva na evolução dessa medida entre os anos de 1989 e 1993, com o percentual de interessados passando de 60,5% para 68,7%. Em 2002, segundo o levantamento do ESEB, o percentual acumulado de indivíduos com algum ou muito interesse foi de 60,5 pontos, indicando certa estabilização nessa evolução.

Os dados nacionais produzidos pelo WVS de 1991, 1997 e 2005, apesar de utilizarem uma codificação de respostas diferente, indicam um quadro próximo a esse. Tomando a totalidade dos entrevistados temos que em 1991 apenas 36% declararam não possuir nenhum interesse em política (TABELA 1). Na pesquisa posterior esse número se reduz ainda mais, atingindo 31,6 pontos percentuais e em 2006 o percentual atinge 24,5%, totalizando queda de mais 11 pontos no período. Considerando aqueles que declararam ter “muito interesse” ou “algum interesse” verificamos 47,4% em 1991, seguida de uma forte queda em 1997 e, finalmente, forte recuperação em 2006 fechando em 48,6%. Em síntese, podemos concluir

⁴ Como será possível perceber em algumas variáveis não contamos com informações das três ondas de pesquisa, pois como é comum nesse tipo de projeto coletivo, os questionários do WVS sofrem alterações em cada uma de suas edições.

que há tendência positiva nesse indicador, especialmente em razão da redução do contingente de desinteressados.

TABELA 1. INTERESSE POR POLÍTICA, BRASIL 1991-2006

| Ano | | Frequência | % | % Acumulado | |
|------|--------|-------------------|------|----------------|-------|
| 1991 | | Muito interessado | 240 | 13,5 | 13,5 |
| | | Interessado | 601 | 33,9 | 47,4 |
| | Válido | Pouco interessado | 294 | 16,6 | 64,0 |
| | | Nada interessado | 639 | 36,0 | 100,0 |
| | | Total | 1774 | 100,0 | |
| | | Ausente | 8 | | |
| | Total | 1782 | | | |
| 1997 | | Muito interessado | 150 | 13,1 | 13,1 |
| | | Interessado | 206 | 18,0 | 31,1 |
| | Válido | Pouco interessado | 426 | 37,2 | 68,4 |
| | | Nada interessado | 362 | 31,6 | 100,0 |
| | | Total | 1144 | 100,0 | |
| | | Ausente | 5 | | |
| | Total | 1149 | | | |
| 2006 | | Muito interessado | 174 | 11,8 | 11,8 |
| | | Interessado | 543 | 36,8 | 48,6 |
| | Válido | Pouco interessado | 389 | 26,4 | 75,0 |
| | | Nada interessado | 368 | 25,0 | 100,0 |
| | | Total | 1474 | 100,0 | |
| | | Ausente | 26 | | |
| | Total | 1500 | | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Movimento muito parecido pode ser identificado em variável sobre a importância atribuída pelos indivíduos à política em suas vidas (TABELA 2). Considerando a opção extremada do “nada importante”, podemos constatar redução de aproximadamente 16 pontos percentuais entre a primeira e a última onda de pesquisas do WVS. Considerando o somatório das opções “muito importante” e “importante” a evolução é

também consistente, pois em 1991 verificamos 42,2%, em 1997 51,4% e, finalmente, 55,4% em 2006.

TABELA 2. IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À POLÍTICA, BRASIL 1991-2006

| Ano | | Frequência | % | % Acumulado |
|---------|-----------------------------|------------|-------|----------------|
| 1991 | Muito importante | 349 | 19,8 | 19,8 |
| | Importante | 394 | 22,4 | 42,2 |
| | Válido Não muito importante | 394 | 22,4 | 64,6 |
| | Nada importante | 624 | 35,4 | 100,0 |
| | Total | 1761 | 100,0 | |
| Ausente | | 21 | | |
| Total | | 1782 | | |
| 1997 | Muito importante | 251 | 22,4 | 22,4 |
| | Importante | 325 | 29,0 | 51,4 |
| | Válido Não muito importante | 254 | 22,7 | 74,1 |
| | Nada importante | 290 | 25,9 | 100,0 |
| | Total | 1120 | 100,0 | |
| Ausente | | 29 | | |
| Total | | 1149 | | |
| 2006 | Muito importante | 221 | 14,9 | 14,9 |
| | Importante | 603 | 40,6 | 55,4 |
| | Válido Não muito importante | 386 | 26,0 | 81,4 |
| | Nada importante | 277 | 18,6 | 100,0 |
| | Total | 1487 | 100,0 | |
| Ausente | | 13 | | |
| Total | | 1500 | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Outra variável igualmente interessante sobre esse tema diz respeito à frequência com que as pessoas conversam sobre política com seus amigos. Resultados mundiais apresentados por Inglehart (2001) indicam que dentre os 21 países pesquisados pelo WVS, 17 manifestaram alguma elevação nesse indicador. No Brasil situação semelhante pode ser verificada, pois em 1991 55,6% dos entrevistados optaram pelas opções “ocasionalmente” e “frequentemente”. Em 1997 o acumulado dessas duas

opções se eleva para 58,2%, indicando uma tendência positiva nesse indicador. Infelizmente em 2006 essa questão não foi aplicada no Brasil.

TABELA 3. FREQUÊNCIA DE CONVERSAS SOBRE POLÍTICA, BRASIL 1991-2006

| Ano | | Frequência | % | % Acumulada | |
|------|---------|----------------|------|----------------|-------|
| 1991 | Válido | Frequentemente | 348 | 19,8 | 19,8 |
| | | Ocasionalmente | 628 | 35,8 | 55,6 |
| | | Nunca | 778 | 44,4 | 100,0 |
| | | Total | 1754 | 100,0 | |
| | Ausente | 28 | | | |
| | Total | 1782 | | | |
| 1997 | Válido | Frequentemente | 148 | 12,9 | 12,9 |
| | | Ocasionalmente | 518 | 45,3 | 58,2 |
| | | Nunca | 478 | 41,8 | 100,0 |
| | | Total | 1144 | 100,0 | |
| | Ausente | 5 | | | |
| | Total | 1149 | | | |
| 2006 | Ausente | 1500 | | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Levando em consideração essas variáveis iniciais parece ser possível identificar tendência de evolução positiva na ligação dos cidadãos nacionais com a política, seja pela redução dos desinteressados, pelo aumento da relevância atribuída a essa dimensão da vida social ou pela frequência de conversas que os mesmos estabelecem sobre assuntos relacionados. Resta saber se esse interesse tem sido acompanhado de uma postura favorável à democracia.

Parte considerável dos estudos sobre democratismo tem utilizado como indicador central o grau de concordância dos cidadãos em relação à seguinte afirmação: *A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo*. Essa questão, que nos remete a denominada posição churchilliana, é reconhecida internacionalmente

como medida de apoio à democracia como forma de governo (Klingemann, 1999; Dalton, 1999) e se refere diretamente à dimensão abstrata ou normativa da cultura política.

Klingemann (1999) utilizando também as bases de dados do WVS para uma análise em escala mundial, concluiu que esse tipo de adesão normativa está solidamente estabelecido. Dos 38 países analisados pelo autor, nenhum obteve percentual de apoio de menos de 70% da população, ficando a média global em 84%. Mesmo entre os países do leste asiático, que apenas parcialmente tomaram parte da chamada terceira onda de democratização, esse apoio normativo tem despontado nos últimos anos com bastante intensidade. Independentemente do regime concretamente existente em cada uma dessas nações, um consenso favorável à democracia parece ter se formado na região (Dalton e Shin, 2004).

Seguindo essa tendência global, na coleta de dados realizada em nosso país no ano de 1997 verificamos que mais de 83% dos entrevistados concordaram (em parte ou totalmente) com a afirmação, o que representa um significativo apoio normativo. Lamentavelmente não é possível verificar tendências em relação à essa variável, pois nas pesquisas de 1991 e 2006 ela não foi incluída no questionário nacional.

Felizmente uma série de outras pesquisas incorporaram esse tema, o que pode nos ajudar a confirmar esse quadro positivo de adesão. O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado em 2002 logo após a eleição presidencial, identificou que 80,3%, dos entrevistados brasileiros concordou em alguma medida com a afirmação. Em sua onda posterior, em 2006, esse indicador caiu para 75,3% e, finalmente, em 2010 verificamos recuperação, fechando em 82,9% de concordância. Também o Instituto Latinobarómetro, desde 2002, tem realizado o acompanhamento dessa variável e indicado uma tendência de elevação nos

níveis de adesão normativa na América Latina como um todo. Segundo os números dessa organização, no Brasil, 67% dos entrevistados concordavam com a afirmação em 2002 e em 2006 esse percentual alcançou 74 pontos. Desta forma, utilizando dados de diferentes fontes encontramos evidências muito parecidas que afirmam uma disposição pró-democracia no cenário nacional, inclusive com uma tendência de ampliação ao longo do tempo.

Ainda que essa medida seja defensável como indicador da adesão normativa à democracia, acreditamos que o seu emprego de maneira isolada não satisfaça plenamente as nossas necessidades nessa pesquisa. Como apontam Dalton e Shin (2004) democracia é um conceito complexo e as ferramentas empregadas para medir o apoio dos cidadãos em relação a essa forma de governo devem refletir minimamente essa complexidade. Diante da elasticidade do conceito e da profusão de diferentes significados que o mesmo assume em diferentes contextos, esses autores acreditam que a melhor forma de medir essa adesão seja através de múltiplos itens acerca de diferentes orientações em relação à democracia (Id.). Atentos a esse problema, os organizadores do WVS incluíram também em seu questionário uma bateria de quatro itens que, no seu conjunto, fornecem dados relevantes para a análise das disposições individuais pró-democracia. As questões são formuladas da seguinte maneira:

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o país. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

1) *Ter um sistema democrático de governo.*

2) *Ter um líder forte que não precise se preocupar com eleições ou com o congresso (deputados e senadores).*

3) *Ter técnicos especializados e não políticos, que tomem decisões que eles acham ser o melhor para o país.*

4) *Ter um regime militar*

No Brasil, essa bateria fez parte das pesquisas de 1997 e 2006, sendo assim, podemos verificar em que medida a adesão manifesta anteriormente é consistente através da análise dos dados correspondentes a cada um dos itens. Confirmando os resultados verificados na primeira variável analisada, 84,9% dos entrevistados descreveram a situação em que existe um governo democrático como boa ou ótima em 1997. Na onda seguinte esse percentual chega a 90,4% (TABELA 4).

Enquanto essa primeira questão tem um sentido positivo, na medida em que uma avaliação favorável corresponde à maior adesão à democracia, os demais itens dessa bateria têm um sentido negativo. Em cada um deles, portanto, é identificada a consistência da opção democrática através da proposição aos entrevistados de situações políticas que são contrárias à existência dessa forma de governo.

O manifesto apoio difuso que verificamos anteriormente parece ser atenuado quando analisamos as opiniões em relação à situação política em que um líder forte ocupa o centro do poder sem preocupar-se com o congresso. Em 1997 60,5% avaliaram positivamente essa forma de governo e em 2006 esse contingente atingiu 64,1 pontos (TABELA 5). A adesão abstrata ao ideal democrático, portanto, não está acompanhada pela rejeição dessa alternativa autoritária.

TABELA 4. AVALIAÇÃO DE UM REGIME DEMOCRÁTICO, BRASIL 1997-2006

| Ano | | Frequência | % | % Acumulado | |
|------|-----------------|------------|------|----------------|-------|
| 1991 | Ausente | 1782 | | | |
| 1997 | Válido | Ótimo | 298 | 27,1 | 27,1 |
| | | Bom | 637 | 57,9 | 84,9 |
| | | Ruim | 109 | 9,9 | 94,8 |
| | | Péssimo | 57 | 5,2 | 100,0 |
| | | Total | 1101 | 100,0 | |
| | Ausente | 48 | | | |
| | Total | 1149 | | | |
| 2006 | Válido | Ótimo | 433 | 30,0 | 30,0 |
| | | Bom | 873 | 60,5 | 90,4 |
| | | Ruim | 103 | 7,1 | 97,6 |
| | | Péssimo | 35 | 2,4 | 100,0 |
| | | Total | 1444 | 100,0 | |
| | Ausente Sistema | 56 | | | |
| | Total | 1500 | | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

TABELA 5. AVALIAÇÃO DE UM REGIME DE LÍDER FORTE, BRASIL 1997-2006

| Ano | | Frequência | % | % Acumulado | |
|------|---------|------------|------|----------------|-------|
| 1991 | Ausente | 1782 | | | |
| 1997 | Válido | Ótimo | 212 | 19,3 | 19,3 |
| | | Bom | 453 | 41,2 | 60,5 |
| | | Ruim | 250 | 22,7 | 83,3 |
| | | Péssimo | 184 | 16,7 | 100,0 |
| | | Total | 1099 | 100,0 | |
| | Ausente | 50 | | | |
| | Total | 1149 | | | |
| 2006 | Válido | Ótimo | 284 | 19,5 | 19,5 |
| | | Bom | 651 | 44,6 | 64,1 |
| | | Ruim | 363 | 24,9 | 89,0 |
| | | Péssimo | 161 | 11,0 | 100,0 |
| | | Total | 1459 | 100,0 | |
| | Ausente | 41 | | | |
| | Total | 1500 | | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

A próxima variável diz respeito à avaliação dos entrevistados em relação à situação política peculiar em que as decisões públicas são tomadas por técnicos especializados e não por representantes eleitos. Dessa vez os dados são mais positivos, apesar de ainda preocupantes. Em 1997 83,1% dos entrevistados avaliaram favoravelmente essa situação, contra 77,8 em 2006 (TABELA 6). Ou seja, parece existir tendência de redução do apoio a essa solução tecnocrata, ainda essa situação política hipotética continue sendo fortemente desejável pela maioria da população.

TABELA 6. AVALIAÇÃO DE UM REGIME DE TÉCNICOS, BRASIL 1997-2006

| Ano | | Frequência | Porcentagem válida | Porcentagem acumulativa | |
|---------|---------|------------|--------------------|-------------------------|-------|
| 1991 | Ausente | 1782 | | | |
| | Válido | Ótimo | 308 | 28,2 | 28,2 |
| | | Bom | 600 | 54,9 | 83,1 |
| | | Ruim | 136 | 12,4 | 95,5 |
| | | Péssimo | 49 | 4,5 | 100,0 |
| Total | 1093 | 100,0 | | | |
| 1997 | Ausente | 56 | | | |
| | Total | 1149 | | | |
| | Válido | Ótimo | 304 | 21,0 | 21,0 |
| | | Bom | 821 | 56,8 | 77,8 |
| | | Ruim | 266 | 18,4 | 96,2 |
| Péssimo | | 55 | 3,8 | 100,0 | |
| Total | 1446 | 100,0 | | | |
| 2006 | Ausente | 54 | | | |
| | Total | 1500 | | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

O último item da referida bateria é bastante direto ao investigar o posicionamento dos pesquisados acerca do cenário marcado pela existência de um regime militar. O quadro encontrado desta vez é bem mais favorável, com mais de 54,6% dos indivíduos escolhendo as opções “péssimo” e “ruim” em 1997 e 64,7% em 2006 (TABELA 7). Essa

tendência de queda tem uma trajetória bastante longa, já que estudos anteriores, como o de Moisés (1995) identificam queda nos níveis de aceitação desse tipo de intervenção militar entre 1972 e 1993.

TABELA 7. AVALIAÇÃO DE UM REGIME MILITAR, BRASIL 1997-2006

| Ano | | Frequência | % | % Acumulado | |
|---------|---------|------------|------|----------------|-------|
| 1991 | Ausente | 1782 | | | |
| | Válido | Ótimo | 108 | 9,8 | 9,8 |
| | | Bom | 390 | 35,6 | 45,4 |
| | | Ruim | 324 | 29,5 | 74,9 |
| | | Péssimo | 275 | 25,1 | 100,0 |
| | | Total | 1097 | 100,0 | |
| Ausente | 52 | | | | |
| 1997 | Total | 1149 | | | |
| | Válido | Ótimo | 102 | 7,1 | 7,1 |
| | | Bom | 406 | 28,2 | 35,3 |
| | | Ruim | 552 | 38,4 | 73,7 |
| | | Péssimo | 378 | 26,3 | 100,0 |
| | | Total | 1438 | 100,0 | |
| Ausente | 62 | | | | |
| 2006 | Total | 1500 | | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Esse conjunto considerável de medidas sobre a adesão normativa do público nacional à democracia, apesar do comportamento preocupante das questões sobre liderança forte e governo de técnicos, indicam claramente uma tendência positiva. Nas últimas décadas o democratismo tem se firmado como a opção majoritária em nosso país, de modo que podemos falar da constituição de uma cultura política pró-democracia nessa dimensão mais abstrata da adesão.

Os resultados apresentados ao longo dessa seção podem ser sintetizados nessas poucas palavras: os cidadãos nacionais tem se mostrado um pouco mais próximos da política e manifestado valores mais

fortemente associados à democracia nas últimas décadas. Na próxima seção apresentamos evidências sobre a associação dessas mudanças com disposições relativas à igualdade de gênero no campo político.

Desigualdade de gênero e política

Nesta seção procuramos verificar preliminarmente se essa tendência de maior democratismo é acompanhada de disposição mais favorável à igualdade política entre os gêneros. Antes porém, seria interessante avaliarmos também as atitudes dos brasileiros em relação a outras dimensões da desigualdade entre homens e mulheres. Nas duas últimas edições do WVS aplicadas ao Brasil existem três questões que dizem respeito à dimensões econômicas desse problema que podem oferecer informações interessantes.

A primeira delas pergunta aos entrevistados qual o seu grau de concordância com a afirmação: *em momentos de crise os homens possuem mais direito à empregos do que as mulheres*. Como é possível verificar abaixo (TABELA 8), desde a primeira pesquisa a maioria dos entrevistados tende a discordar da afirmação e esse percentual só aumenta com o passar dos anos. Partimos de 56,2 pontos percentuais de discordância em 1991 e chegamos em 2006 a 64,9 pontos. Levando em consideração o número considerável de “indecisos” nessa última pesquisa, destacamos que a mudança é mais significativa quando observarmos a redução de 16,8% no contingente dos que concordam.

A segunda variável interessante diz respeito ao acesso ao ensino superior, sendo composta pelo grau de concordância dos entrevistados em relação à seguinte afirmação: *fazer universidade é mais importante para um homem do que para uma mulher*. Infelizmente essa questão não foi

TABELA 8. “HOMENS POSSUEM MAIS DIREITO À EMPREGOS ...”, BRASIL
1991-2006

| Ano | | Frequência | % |
|-------|---------|----------------------------|------------|
| 1991 | Válido | Concordo | 687 38,7 |
| | | Discordo | 998 56,2 |
| | | Nem concordo, nem discordo | 92 5,2 |
| | | Total | 1777 100,0 |
| | Ausente | 5 | |
| Total | | 1782 | |
| 1997 | Válido | Concordo | 408 35,6 |
| | | Discordo | 717 62,6 |
| | | Nem concordo, nem discordo | 20 1,7 |
| | | Total | 1145 100,0 |
| | Ausente | 4 | |
| Total | | 1149 | |
| 2006 | Válido | Concordo | 327 21,9 |
| | | Discordo | 970 64,9 |
| | | Nem concordo, nem discordo | 198 13,2 |
| | | Total | 1495 100,0 |
| | Ausente | 5 | |
| Total | | 1500 | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

aplicada no Brasil em 1991, mas a observação dos resultados das duas ondas seguintes mostram de forma inequívoca que a maioria expressiva dos brasileiros já discordava da afirmação em 1997 e que essa discordância aumentou em 2006 (TABELA 9). Podemos notar variações internas entre os níveis de concordância, mas o movimento é de redução do contingente de pessoas que concordam e o aumento daqueles que discordam.

A tendência de rejeição de situações desiguais entre os gêneros se confirma quando passamos a análise da variável específica sobre o campo político, central aos nossos interesses. Essa medida é composta pelo grau de concordância dos entrevistados em relação a afirmação: *homens são melhores líderes políticos do que as mulheres*. Os dados dessa vez não são

TABELA 9. “FAZER FACULDADE É MAIS IMPORTANTE PARA HOMENS ...”,
BRASIL 1997-2006

| Ano | | Frequência | % | % Acumulado | |
|------|----------|----------------|-------|-------------|-------|
| 1991 | Ausente | 1782 | | | |
| 1997 | Válido | Concordo muito | 145 | 12,7 | 12,7 |
| | | Concordo | 129 | 11,3 | 24,0 |
| | Discordo | Discordo | 156 | 13,7 | 37,7 |
| | | Discordo muito | 711 | 62,3 | 100,0 |
| | Total | 1141 | 100,0 | | |
| | Ausente | 8 | | | |
| | Total | 1149 | | | |
| 2006 | Válido | Concordo muito | 27 | 1,8 | 1,8 |
| | | Concordo | 144 | 9,6 | 11,4 |
| | Discordo | Discordo | 906 | 60,6 | 72,1 |
| | | Discordo muito | 417 | 27,9 | 100,0 |
| | Total | 1494 | 100,0 | | |
| | Ausente | 6 | | | |
| | Total | 1500 | | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

tão favoráveis como nas duas medidas anteriores, mas ainda assim mostram que a maioria dos componentes da amostra nacional se posicionam contrariamente à frase (TABELA 10). Mais precisamente, em 1997 47,2% da amostra concordou em alguma medida e em 2006 esse contingente caiu para 30,8%. Ao considerarmos apenas aqueles que concordam fortemente, verificamos queda de mais de 20 pontos no período.

A análise descritiva conduzida até esse momento indica primeiramente que a maioria dos brasileiros compartilham de orientações favoráveis à relações mais igualitárias entre homens e mulheres em distintas áreas da vida social. No que diz respeito à dimensão política da questão, os dados indicam rejeição de certa concepção que relega a atividade política preferencialmente aos homens. A combinação dessas últimas informações com aquelas apresentadas na seção anterior

TABELA 10. “HOMENS SÃO MELHORES LÍDERES POLÍTICOS ...”, BRASIL
1997-2006

| Ano | | Frequência | % | % Acumulado | |
|---------|----------|----------------|-------|----------------|-------|
| 1991 | Ausente | 1782 | | | |
| | | | | | |
| 1997 | Válido | Concordo muito | 324 | 28,9 | 28,9 |
| | | Concordo | 206 | 18,3 | 47,2 |
| | Discordo | Discordo | 216 | 19,2 | 66,4 |
| | | Discordo muito | 377 | 33,6 | 100,0 |
| | Total | 1123 | 100,0 | | |
| Ausente | 26 | | | | |
| Total | 1149 | | | | |
| 2006 | Válido | Concordo muito | 83 | 5,6 | 5,6 |
| | | Concordo | 375 | 25,3 | 30,8 |
| | Discordo | Discordo | 801 | 53,9 | 84,8 |
| | | Discordo muito | 226 | 15,2 | 100,0 |
| | Total | 1485 | 100,0 | | |
| Ausente | 15 | | | | |
| Total | 1500 | | | | |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

favorecem a conclusão sobre a concomitância entre a manifestação dessa postura igualitária e a difusão de valores pró-democracia. Neste sentido, de maneira provisória podemos afirmar que a hipótese que mudanças recentes na cultura política nacional em direção ao maior democratismo tem sido acompanhadas de posturas mais favoráveis ao empoderamento político das mulheres. Ultrapassando os limites inerentes as técnicas de análise descritiva, na próxima seção apresentamos resultados de testes bivariados e multivariados com o objetivo de identificar de tal associação de verifica de fato no nível individual entre o público nacional.

Democratismo e empoderamento político das mulheres

Para confirmar a relação apontada anteriormente, propomos inicialmente testes de associação Gamma envolvendo variáveis que

melhor representam as duas dimensões discutidas nas seções acima. Sobre as disposições acerca da igualdade entre os gêneros selecionamos a questão específica sobre o campo político. Sobre o democratismo optamos pela bateria de quatro questões sobre tipos de sistemas políticos (democrático, de líder forte, de especialistas e regime militar). As variáveis foram todas recodificadas para serem medidas de adesão ao democratismo e de posicionamentos favoráveis em relação à igualdade, portanto, a maioria teve sua escala invertida.

Como podemos verificar abaixo (TABELA 11), não foi encontrada associação significativa apenas no teste envolvendo a avaliação do governo de técnicos na onda de 2006. Todos os demais cruzamentos retornaram valores aceitáveis em termos de significância, sendo que na maioria dos casos a rejeição da hipótese nula da independência se dá em níveis bastante rigorosos ($,001$ e $,000$). Os valores de γ indicam a existência de associação positiva ($,11$ para 1997 e $,19$ para 2006) entre avaliar positivamente um governo democrático e manifestar posicionamento favorável ao empoderamento feminino. Essa associação se torna inclusive mais forte em 2006, indicando evolução nessa relação entre os indicadores. Essa conclusão é corroborada pela associação também positiva entre essa medida relacionada à desigualdade entre os gêneros e a avaliação negativa de um regime militar. Mesmo nas avaliações dos outros dois sistemas hipotéticos essa mesma relação se manifesta.

Esse resultado da análise bivariada, entretanto, não pode ser tomado como definitivo sobre o relacionamento entre as variáveis, pois não possibilita a utilização de controles relevantes, como aqueles derivados de variáveis sócio-demográficas dos componentes da amostra, como sexo, idade e escolaridade. Para a inclusão desses controles, optamos

TABELA 11. ASSOCIAÇÕES ENTRE DEMOCRATISMO E DISPOSIÇÃO FAVORÁVEL AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO, BRASIL, 1997-2006.

| Ano | | γ | Sig. |
|------|--|----------|------|
| 1997 | Avaliação de um governo democrático | ,11 | ,006 |
| | Avaliação de um regime militar | ,24 | ,000 |
| | Avaliação de um regime com líder forte | ,14 | ,000 |
| | Avaliação de um governo de técnicos | ,09 | ,034 |
| 2006 | Avaliação de um governo democrático | ,19 | ,000 |
| | Avaliação de um regime militar | ,16 | ,000 |
| | Avaliação de um regime com líder forte | ,04 | ,001 |
| | Avaliação de um governo de técnicos | ,04 | ,363 |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

então pela construção de modelos multivariados que tomam a variável relativa às disposições sobre o empoderamento como dependente e as medidas de democratismo como preditores. Em razão da forma assimétrica da distribuição dos valores da variável dependente optamos pela sua recodificação e dicotomização. Desta forma, combinamos de um lado as respostas “discorda muito” e “discorda” e, de outro, as alternativas “concorda muito” e “concorda”. Em razão dessa nova codificação o modelo de análise utilizado foi o logístico binário.

Os procedimentos relacionados as medidas de democratismo são mais complexos, pois procuramos reduzir inicialmente as quatro medidas a um índice integrado de apoio normativo à democracia. A construção de tal índice é justificada em termos estatísticos pelos resultados de análise fatorial (Hair et al, 1988) (TABELA 12). Como as três variáveis originais tem sentido negativo, já que as concordâncias são codificadas com pontuação positiva e indicam posturas desfavoráveis à inserção feminina na política, após a computação do índice procedemos a sua inversão. O resultado final desses procedimentos é uma medida com 13 pontos, de 0 a 12.

TABELA 12. ANÁLISE FATORIAL PARA AS VARIÁVEIS SOBRE DEMOCRATISMO

| Variável | Carga Fatorial Componente 1 | |
|--|--------------------------------|------|
| | 1997 | 2006 |
| Avaliação de um governo democrático | ,691 | ,782 |
| Avaliação de um regime militar | ,667 | ,609 |
| Avaliação de um regime com líder forte | ,665 | ,668 |
| Avaliação de um governo de técnicos | ,604 | ,576 |
| % de variação explicada com 1 componente | 65,7 | 65,8 |
| KMO | ,529 | ,558 |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Esse índice de democratismo foi inserido como variável independente no modelo juntamente com o sexo, a idade e a escolaridade dos entrevistados das ondas de 1997 e 2006 do WVS. Os resultados dispostos na Tabela 13 confirmam as conclusões a que chegamos com base na análise bivariada, ou seja, o democratismo está associado à disposição favorável sobre a igualdade política entre os gêneros.

TABELA 13. REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA APOIO AO EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO

| Ano | | B | Sig. | Exp(B) |
|------|------------------------|--------|------|--------|
| 1997 | Índice de Democratismo | ,169 | ,000 | 1,184 |
| | Sexo | ,711 | ,000 | 2,036 |
| | Idade | -,006 | ,275 | ,994 |
| | Escolaridade | ,134 | ,000 | 1,143 |
| | Constante | -2,329 | ,000 | ,097 |
| 2006 | Índice de Democratismo | ,098 | ,002 | 1,103 |
| | Sexo | ,705 | ,000 | 2,025 |
| | Idade | -,006 | ,112 | ,994 |
| | Escolaridade | ,184 | ,000 | 1,202 |
| | Constante | -1,180 | ,000 | ,307 |

Fonte: European and World Values Surveys four-wave Integrated data file, 1981-2004, v.20060423, 2006.

Para o ano de 1997, cada avanço na escala de democratismo eleva em 18,4% a chance do entrevistado discordar da afirmação de que homens

são melhores líderes políticos que mulheres. É importante destacar que esse índice possui 13 pontos, logo, o efeito cumulativo que separa aqueles que estão nos pólos negativo e positivo é bastante considerável. Mais relevante ainda é lembrar que esse efeito já está controlado pelos atributos sócio-demográficos inseridos, ou seja, esse impacto estimado considera todos os possíveis efeitos do sexo, da idade e da escolaridade dos componentes da amostra. Falando desses atributos, apenas a idade não se mostrou preditor estatisticamente significativo. A variável sexo apresentou efeito expressivo e indica que ser mulher eleva em mais de 100% a chance de estar entre aqueles que rejeitam a frase em questão. A escolaridade também apresenta efeito positivo, com cada elevação de nível aumentando em 14,3% a chance de rejeição da afirmação.

Em 2006 a tendência é a mesma, porém com efeitos um pouco reduzidos. Cada elevação no índice de democratismo agora impacta em 10,3% a probabilidade de rejeição da afirmação. Ainda assim, considerando a extensão da escala esse impacto continua considerável. A idade continua não apresentando significância estatística, enquanto o efeito de sexo se manteve estável (mais de 100% de efeito positivo) e o da escolaridade foi ampliado para 20,2% a cada nível.

Os resultados obtidos com esse procedimento multivariado indicam, portanto, que mulheres são mais favoráveis ao empoderamento político feminino, bem como os mais escolarizados. Quanto ao democratismo, foi confirmada a relação entre essa adesão normativa à democracia e tal disposição pró-igualdade.

Considerações finais

Como alertamos na introdução a sub-representação feminina no espaço político tem sido apontado como um grave deficit das democracias contemporâneas (Norris, 2011). A gravidade desse quadro em perspectiva mundial tem orientado uma variedade de pesquisas cujos resultados apontam para a multicausalidade do fenômeno. A sua adequada compreensão envolveria a análise de fortes constrangimentos culturais que se combinam com constrangimentos político-institucionais, compondo uma dinâmica perversa de retroalimentação.

Focalizando especificamente essa primeira dimensão cultural do problema, pesquisadores têm alertado para a presença de valores culturais contrários à participação das mulheres no interior de instituições centrais da democracia, como os partidos políticos (Grossi & Miguel, 2001). Entretanto, ainda no interior dessa perspectiva culturalista, um grupo influente de pesquisadores internacionais tem identificado mudanças importantes neste quadro. Capitaneados principalmente por Ronald Inglehart e orientados pelos seus estudos sobre mudança cultural, esse grupo tem apresentado evidências acerca de alterações nas orientações subjetivas dos públicos de diversas nações em relação à igualdade de gênero (Inglehart & Welzel, 2005; Inglehart & Norris, 2003). Como apontamos anteriormente, essa reorientação estaria associada a uma mudança maior na constituição de uma cultura política mais congruente com processos de democratização, sobretudo fundamentada em valores como “auto-expressão” e “tolerância” (Inglehart, 1977; 2001; Ribeiro, 2007).

O nosso objetivo nesse artigo foi testar essa hipótese para o contexto brasileiro através da identificação de possíveis associações entre essa mudança na cultura política e a incorporação de disposições favoráveis à igualdade de gênero entre o público nacional. Focalizando

nossa atenção principalmente sobre indicadores de adesão normativa à democracia, inicialmente concluímos por uma tendência de mudança positiva na cultura política nacional, ainda que algumas incongruências continuem a se manifestar. Em paralelo e de forma congruente, confirmamos também tendência de incorporação de disposições mais favoráveis ao empoderamento político feminino no período analisado. Confirmando essa relação, por meio de análises bivariadas e modelos multivariados, identificamos que essas duas ordens de orientações estão associadas no nível individual. Desta forma, somos levados a concordar com Inglehart, Norris e Welzel (2002) a respeito da íntima relação entre a constituição de uma cultura política democrática e a manifestação de posturas mais tolerantes e igualitaristas, especialmente no que diz respeito às relações entre os gêneros.

Referências Bibliográfica

- ALMOND, G.; VERBA, (1989), *The Civic Culture : Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York, Sage.
- ARAÚJO, Clara. (2009), “Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil”, *Revista de Estudos Feministas*, vol. 18, no2: 567-584
- BOHON, Simone. (2008) “Mulher para presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro.”, *Opinião Pública*, vol.14, no. 2: 356-359
- DALTON, Russell J. (1999) “Political support in advanced industrial democracies.”, in: P. Norris, (Ed.), *Critical Citizens: global support for democratic government*, Oxford, Oxford University Press.
- DALTON, Russell J.; SHIN, Doh Chull. (2004) “Democratic aspirations and democratic ideals: citizens orientations toward democracy in East Asia.”, in: *Conference Citizens, Democracy and markets around The Pacific Rim*, East West Center, Honolulu.

- GROSSI, M. P; MIGUEL, S. M. (2001) "Transformando a diferença: as mulheres na política.", *Revista Estudos Feministas*, v. 9, no. 1, p. 167-206.
- HAIR, JF, Anderson RE, Tatham RL.(1988), *Multivariate Data Analysis*. Prentice Hall.
- INGLEHART, Ronald. (1997), *The Silent Revolution*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1990), *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (2001), *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P.; WELZEL, C. (2002), *Gender equality and democracy*. *Comparative Sociology*, 1, p. 321-46.
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. (2003), *Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world*. New York, Cambridge University Press.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. (2005), *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York, Cambridge University Press.
- JUREMA, S. B. (2001), "Ações e estratégias do CNDM para o 'empoderamento' das mulheres", *Revista Estudos Feministas*, v. 9, no. 1: 207-212.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter. (1999), "Mapping political support in the 1990s: a global analysis", in P. NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical Citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, p.31-56.
- MCDONAGH, Eileen. (2002), "Political citizenship and democratization: the gender paradox.", *American Political Science Review*, vol. 96, no.3:535-552.
- MIGUEL, Luis Felipe & QUEIROZ, Cristina Monteiro. (2006), "Diferenças regionais e o êxito relativo de Mulheres em Eleições Municipais no Brasil", *Revistas Estudos Feministas*, NO 14(2), Maio-Agosto de 2006 : 363-385.
- MOISÉS, J. A. (1995), *Os brasileiros e a democracia : bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Ática.
- NORRIS, Pippa. (2011), *Democratic Deficit*. New York, Cambridge University Press.
- PATEMAN, Carole.(1993), *O contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- PHILLIPS, Anne. (1991), *Engendering democracy*. Cambridge, Polity Press.
- RIBEIRO, Ednaldo A.(2011), *Valores Pós-Materialistas e Cultura Política No Brasil*. Maringá, Eduem.
- _____.(2011), “Cultura Política e Gênero no Brasil: Estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina.”, *in*: M. Baquero (org), *Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- WELZEL, Christian. (2003), “Effective democracy, mass culture, and the quality of elites: the human development perspective.”, *International Journal of Comparative Sociology*, vol. 43, no.3-5:317-349.

Apêndice Metodológico

1. Interesse por política

Identificação: V117 - 1997

Redação: Em que medida o Sr.(a)/você se interessa por política: tem muito interesse, algum interesse, pouco interesse ou nenhum interesse?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=muito, 2=algum, 3=pouco e 4=nenhum.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=nenhum, 1=pouco, 2=algum e 3=muito.

Utilização: tabela 1

Identificação: V95 - 2006

Redação: Em que medida o Sr.(a)/você se interessa por política? O Sr.(a)/você é: muito interessado, interessado, pouco interessado ou não é interessado?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=muito, 2=algum, 3=pouco e 4=nenhum.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=nenhum, 1=pouco, 2=algum e 3=muito.

Utilização: tabela 1

2. Importância atribuída à política

Identificação: V8- 1991/1997/2006

Redação: O que o Sr.(a)/você considera importante em sua vida? A política, na sua vida, é muito importante, importante, pouco importante ou sem importância?

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=muito importante, 2=importante, 3=pouco importante e 4=sem importância.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=sem importância, 1=pouco importante, 2=importante e 3=muito importante.

Utilização: tabela 2

3.Freqüência de conversas sobre política

Identificação: V10 - 1991

Redação: Quando o Sr.(a)/você está com seus amigos, costuma conversar sobre política ou não? (SE SIM) Freqüentemente ou só às vezes?

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=freqüentemente, 2=às vezes e 3=nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=nunca, 1=às vezes e 2=freqüentemente.

Utilização: tabela 3

Identificação: V37 - 1997

Redação: Quando o Sr.(a)/você está com seus amigos, costuma conversar sobre política ou não? (SE SIM) Freqüentemente ou só às vezes?

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=freqüentemente, 2=às vezes e 3=nunca.

Recodificação: escala de 3 pontos, sendo 0=nunca, 1=às vezes e 2=freqüentemente.

Utilização: tabela 3

4.Aprovação de um sistema democrático

Identificação: V157 - 1997

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Ter um sistema democrático de governo.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 4

Identificação: V151 - 2006

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

Ter um sistema democrático de governo.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 4

5.Aprovação do governo de um líder forte

Identificação: V154 - 1997

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

Ter um líder forte que não precise se preocupar com eleições ou com o congresso (deputados e senadores)

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 5

Identificação: V148 - 2006

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo?

Ter um líder forte que não precise se preocupar com eleições ou com o congresso (deputados e senadores)

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 5

6.Aprovação do governo de técnicos

Identificação: V155 - 1997

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Ter técnicos especializados e não políticos, que tomem decisões que eles acham ser o melhor para o País.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 6

Identificação: V149 - 2006

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Ter técnicos especializados e não políticos, que tomem decisões que eles acham ser o melhor para o País.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 6

7.Aprovação de um regime militar

Identificação: V156 -1997

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Ter um regime militar.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 7

Identificação: V150 - 2006

Redação: Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que pensa sobre cada um como um modo de governar o País. Para cada um, eu gostaria que me dissesse se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? Ter um regime militar.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.

Utilização: tabela 7

8.Homens possuem mais direito a empregos do que as mulheres em momentos de crise

Identificação: V128 - 1991

Redação: O Sr.(a)/ você concorda, discorda ou nem concorda e nem discorda com as seguintes afirmações?

Em momentos de crises, os homens possuem mais direito a empregos do que as mulheres.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=concordo, 2= nem concordo e nem discordo, 3=discordo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo,1= concordo 2= nem concordo e nem discordo

Utilização: tabela 8

Identificação: V61 - 1997

Redação: O Sr.(a)/ você concorda, discorda ou nem concorda e nem discorda com as seguintes afirmações?

Em momentos de crises, os homens possuem mais direito a empregos do que as mulheres.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=concordo, 2= nem concordo e nem discordo, 3=discordo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo,1= concordo 2= nem concordo e nem discordo

Utilização: tabela 8

Identificação: V44 -2006

Redação: O Sr.(a)/ você concorda, discorda ou nem concorda e nem discorda com as seguintes afirmações?

Em momentos de crises, os homens possuem mais direito a empregos do que as mulheres.

Codificação: escala de 3 pontos, sendo 1=concordo, 2= nem concordo e nem discordo, 3=discordo.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo,1= concordo 2= nem concordo e nem discordo

Utilização: tabela 8

9.Fazer faculdade é mais importante para homens ou para mulheres

Identificação: V103- 1997

Redação: Muito se fala sobre as mudanças dos papéis do homem e da mulher na atualidade. Para cada afirmação a seguir, o Sr.(a)/ Você poderia me falar o quanto concorda com cada. O Sr.(a)/ Você concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente?

Fazer faculdade é mais importante para homem do que para mulher.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo totalmente, 1=discordo em parte, 2=concordo em parte e 3=concordo totalmente.

Utilização: tabela 9

Identificação: V103- 1997

Redação: Muito se fala sobre as mudanças dos papéis do homem e da mulher na atualidade. Para cada afirmação a seguir, o Sr.(a)/ Você poderia me falar o quanto concorda com cada. O Sr.(a)/ Você concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente?

Fazer faculdade é mais importante para homem do que para mulher.

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo totalmente, 1=discordo em parte, 2=concordo em parte e 3=concordo totalmente.

Utilização: tabela 9

10.Homens são melhores líderes políticos que as mulheres

Identificação: V101- 1997

Redação: Muito se fala sobre as mudanças dos papéis do homem e da mulher na atualidade. Para cada afirmação a seguir, o Sr.(a)/ Você poderia me falar o quanto concorda com cada. O Sr.(a)/ Você concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente?

Em geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo totalmente, 1=discordo em parte, 2=concordo em parte e 3=concordo totalmente.

Utilização: tabela 10

Identificação: V61 – 2006

Redação: Muito se fala sobre as mudanças dos papéis do homem e da mulher na atualidade. Para cada afirmação a seguir, o Sr.(a)/ Você poderia me falar o quanto concorda com cada. O Sr.(a)/ Você concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente?

Em geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres

Codificação: escala de 4 pontos, sendo 1=concordo totalmente, 2=concordo em parte, 3=discordo em parte e 4=discordo totalmente.

Recodificação: escala de 4 pontos, sendo 0=discordo totalmente, 1=discordo em parte, 2=concordo em parte e 3=concordo totalmente.

Utilização: tabela 10